

A presença chinesa no Oriente Médio frente à hegemonia mundial dos Estados Unidos

The Chinese presence in the Middle East and the United States world hegemony

DOI: [10.5752/P.2317-773X.2016v4.n3.p5](https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2016v4.n3.p5)

Bruno Mendelski de Souza¹
Emmanuel Brandolff Jardim²

1. Mestre em Relações Internacionais
–Ufrgs. Orcid: [0000-0001-6814-5749](https://orcid.org/0000-0001-6814-5749)

2. Bacharel em Relações Internacionais
– Unisc. Orcid: [0000-0002-9431-0880](https://orcid.org/0000-0002-9431-0880)

Recebido em: 21 de setembro de 2016

Aprovado em: 22 de fevereiro de 2017

RESUMO

A crise financeira que eclodiu em 2008 acentuou uma tendência de declínio relativo do poder hegemônico dos Estados Unidos da América (EUA) no moderno sistema mundial. Na estratégica região do Oriente Médio a China vem aumentando sua presença, ao mesmo tempo em que Washington perde a sua importância. Tendo essa conjuntura como base e a partir da metodologia de revisão bibliográfica, o objetivo do artigo é discutir a natureza desse contexto, analisando o aumento da presença chinesa no Oriente Médio, sobretudo as relações comerciais, em detrimento dos EUA. Amparado nas considerações teóricas arrighianas sobre hegemonia e ciclos sistêmicos de acumulação, procurar-se-a identificar se o referido cenário pode, de fato, contribuir para um possível declínio hegemônico estadunidense. Conclui-se que apesar do enfraquecimento político de Washington e a perda de sua supremacia comercial junto ao Oriente Médio frente Pequim, esta aparenta não ter pretensões hegemônicas na região a curto prazo.

Palavras-chave: Oriente Médio. China. EUA. Hegemonia.

ABSTRACT

The 2008 financial crisis underlined a trend of less hegemonic power of the United States of America (USA) in the modern world system. In the Middle East, a strategic region to Washington, China has improved its presence, while the USA lost part of its relevance. Taking this situation as a basis, and from the literature review methodology, the objective of this article is to discuss the nature of this context, analyzing the increasing Chinese presence in the Middle East, especially trade relations, in USA expense. Bolstered in arrighians theoretical considerations of hegemony and systemic cycles of accumulation, we try to identify if that scenario may in fact contribute to a possible USA hegemonic decline. We conclude that despite the political weakening of Washington, and the loss of its commercial supremacy with the Middle East compared to Beijing, China does not appear to have hegemonic pretensions in the short term in the region.

Keywords: Middle East. China. USA. Hegemony.

Introdução

Após décadas de forte crescimento econômico, a China é hoje a segunda maior economia do mundo e o Estado com maior corrente de comércio exterior. A ascensão chinesa renovou o debate sobre o possível declínio dos Estados Unidos enquanto hegemonia em favor da China na posição de vetor de uma nova dinâmica capitalista centrada na Ásia. A ideia da suposta perda de hegemonia surgiu nos 1970, mas perdeu força ao final da Guerra Fria, quando os Estados Unidos consolidaram-se como única superpotência e representante da ideologia dos livres mercados propagada pelo neoliberalismo.

A crise financeira de 2008, entretanto, mudou esse cenário. A ideologia neoliberal perdeu parte de sua força, uma vez que as políticas econômicas dela oriundas levaram à gestação da própria crise e ao aprofundamento da crise econômica no continente europeu. A China, por sua vez, por meio de um receituário econômico marcado pela intervenção estatal, evitou ou mitigou os efeitos dessa crise, sendo também responsável pelo não aprofundamento da mesma.

Do ponto de vista político, os Estados Unidos vinham perdendo legitimidade internacional desde a invasão unilateral ao Iraque em 2003, aprofundando o ambiente já instável no Oriente Médio. Esta região tem papel fundamental na atual Economia Política Internacional, visto que é grande fornecedora da *commodity* mais importante para o funcionamento da economia mundial: o petróleo.

Tendo como cenário a relação do Oriente Médio com os EUA e com a China, o propósito do presente artigo será analisar a ascensão de Pequim especificamente nesta localidade, com enfoque nas relações comerciais chinesas com cada uma das nações do Oriente Médio de maneira comparada às relações dos Estados Unidos. Buscar-se-á também analisar se, somado a isso, a China teria pretensões hegemônicas na região.

Na primeira parte do trabalho serão abordadas as ideias referentes à hegemonia mundial proposta por Arrighi (1996). Também será abordada a noção dos ciclos sistêmicos de acumulação (CSA), necessária ao entendimento do tema.

Posteriormente será retratada a evolução da hegemonia dos Estados Unidos após o final da Segunda Guerra Mundial, em paralelo a suas relações com o Oriente Médio. Por fim, na terceira parte será analisada a ascensão chinesa no moderno sistema de Estados e a evolução de suas trocas comerciais com a região desde 2005. Será comparado o nível de trocas com o dos Estados Unidos, somada a outros possíveis interesses econômicos e políticos da China em algumas das nações do Oriente Médio, reafirmando ou contradizendo possíveis pretensões ou capacidades hegemônicas chinesas.

Hegemonia e hegemonia mundial

Para Gruppi (1978) um dos teóricos que mais insistiram na importância do conceito de hegemonia foi Antonio Gramsci. Ao discorrer sobre o problema da direção política na formação e no desenvolvimento

da nação e do Estado moderno na Itália, Gramsci (2002) indicou que a supremacia de um grupo social poder-se-ia dar tanto através de domínio como pela direção intelectual e moral.

Para Gramsci (2002), no caso de o grupo dominante não continuar (por não ter capacidade ou disposição) a ser “dirigente” e prosseguir exercendo o domínio, ocorre uma ditadura sem hegemonia. Um “grupo social” importante nessa análise é o partido político, que Gramsci (2002) afirma ser uma versão moderna do príncipe de Machiavelli (1998) – este que governava através de uma mistura de amor e temor por parte da população.

Autores como Wallerstein (1989), Kennedy (1997) e Arrighi (1996, 2007) expandiram o termo “hegemonia” para falar sobre “hegemonia mundial”. Para Arrighi (1996), seu conceito de hegemonia difere dos demais porquanto um Estado só a deteria quando possuísse a capacidade de governar e liderar via coerção e consentimento, um sistema de nações soberanas – também transformaria, de uma certa maneira, o próprio sistema. Tal Estado só teria condições de se tornar mundialmente hegemônico ao mostrar aos demais, com credibilidade, que a sua expansão geraria frutos positivos para todos e/ou que representaria um avanço geral e coletivo dos governantes sobre os indivíduos.

Arrighi (1996) viu como necessária a distinção entre as noções de *anarquia* e *caos* para explicar o surgimento de um Estado mundialmente hegemônico. A *anarquia* significaria ausência de um governo central como o sistema de governo da Europa medieval e o moderno sistema de nações soberanas que dele surgiu. O *caos* e o *caos sistêmico*, ao contrário, representariam uma situação em que há uma ausência irreparável de organização com uma escalada de conflitos bélicos.

Presente nas análises de Arrighi (1996) sobre as hegemonias e transições hegemônicas, os ciclos sistêmicos de acumulação (CSA) representariam alternâncias de expansão material com renascimento e expansão financeira. Esses ciclos sistêmicos são inspirados nos ciclos de longa duração de Braudel (1979) com a observação deste teórico de que “todas as grandes expansões comerciais da economia capitalista mundial anunciaram sua ‘maturidade’ ao chegarem ao estágio da expansão financeira” (ARRIGHI, 1996, p. 88).

Arrighi (1996) também fez menção à fórmula de Marx (1996) sobre a produção e distribuição do capital: D-M-D (que representa o investimento em produção de mercadorias que gera lucro) e D-D (que representa o aumento da acumulação sem a passagem do capital pela esfera da produção). Essa ideia tem a sua vinculação com a proposição de Braudel (1979) sobre ciclos econômicos mundiais compostos por expansões materiais e financeiras.

Arrighi (1996) argumentou que um conjunto de agentes governamentais e empresariais teria liderado as sucessivas expansões e reestruturações da economia capitalista mundial que, via de regra, estariam centradas em um único Estado. Os CSA identificados seriam o ciclo genovês, do século XV ao início do século XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI ao século XVIII; um ciclo britânico, do século XVIII ao século XX; e um ciclo estadunidense, cujo início remonta ao século XIX e se estende até o presente momento. Esses ciclos então, desde a primeira

nação mundialmente hegemônica constituir-se-iam em *longos séculos* para Arrighi (1996), sendo o marco temporal de suas análises.

A ascensão de Washington ocorreu em meio a disputas imperialistas no continente europeu. Os Estados Unidos, já na década de 1880, possuíam a maior economia do mundo. Em comparação com a Inglaterra, então potência hegemônica mundial, Washington tinham riquezas, dimensões e recursos maiores. Para Arrighi (1996), a atração de mão de obra e capital, somados ao espírito de iniciativa presente naquele país, constituía o seu diferencial.

Nessa época, as características da economia mundial vinham mudando: ao invés do livre comércio, livre concorrência e exportação de mercadorias, passou a apresentar recrudescimento do protecionismo, formação de monopólios e exportação de capitais como atividades preponderantes (SOUZA, 2009). Esses atributos constituíam uma nova forma do capitalismo, que Lênin (1982) e Hobson (1996) denominaram *imperialismo*.

As políticas imperialistas das potências europeias, como as da Inglaterra (nação preponderante), Alemanha, França e Itália – que se industrializavam rapidamente – acirraram os ânimos no Velho Continente. A escalada de conflitos na Europa iniciada no fim do século XIX levou à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que Arrighi (1996) classificou como guerra hegemônica entre Alemanha (destaque no processo de industrialização tardia) e Inglaterra.

Ao término do embate, os Estados Unidos, que só entraram no conflito em 1917, saíram favorecidos por suas terras não terem sido atacadas e por terem concedido auxílios creditícios aos britânicos para os esforços de guerra. Durante as negociações que dariam origem ao Tratado de Versalhes, os Quatorze Pontos de Woodrow Wilson (então presidente estadunidense) ganharam destaque e seus ideais para a construção da Liga das Nações, voltada para a construção da paz mundial, denotaram uma primeira consciência hegemônica dos Estados Unidos (ARRIGHI, 1996).

Os norte-americanos, por pressões políticas internas não aderiram à Liga das Nações. O Tratado de Versalhes, por sua vez, foi considerado por Keynes (2002) demasiado rigoroso nas condições impostas aos derrotados, mormente à Alemanha. Os pagamentos de dívidas de guerra que os alemães deveriam pagar eram inviáveis e durante a década de 1920 foram feitos planos para amortizar o débito alemão (SARAIVA, 2007).

A tentativa de ajuda aos alemães, contudo, se mostrou em vão. Em 1929, a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque deteriorou o processo de cooperação internacional ao fazer cair a produção econômica de todos os países do globo. Essa crise de superacumulação, conforme Souza (2009), provocou um declínio brusco nas condições de vida tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, prolongando-se através da Grande Depressão, que se arrastaria por toda a década de 1930. Arrighi (1996) viu a crise como um ponto de inflexão na derrocada da economia mundial centrada no Reino Unido dando margem ao ciclo sistêmico de acumulação estadunidense.

No plano político, os efeitos maléficos da crise de 1929 provocaram a emergência dos regimes nacionalistas-totalitaristas no continente europeu, especialmente na Alemanha nazista de Adolf Hitler e na Itália

fascista de Benito Mussolini (HOBSBAWM, 1995). O projeto militar-expansionista de Hitler para a Alemanha levou a um novo período de caos sistêmico e a invasão da Polônia pelos nazistas, em 1939, foi o estopim da Segunda Guerra Mundial (SARAIVA, 2007).

Com a vitória dos Aliados (liderados pelos Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética) em 1945, o governo de Franklin Roosevelt, estadista norte-americano de então, liderou as tratativas para a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo Arrighi (1996), a ONU tinha como princípios, dentre outros, a autodeterminação dos povos, o apelo à paz e a ideia de igualdade.

O uso de instituições multilaterais foi a maneira através da qual os Estados Unidos procuraram consolidar a sua hegemonia no imediato pós-guerra. Duas organizações foram criadas para reger o sistema financeiro mundial, originadas nos acordos de Bretton Woods (1944): o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – ambas administradas pelos Estados Unidos (ARRIGHI, 1996). O dólar, moeda estadunidense, seria referência internacional, possuiria livre conversibilidade em ouro e teria paridade em relação a esse metal precioso (SOUZA, 2009).

No contexto do conflito ideológico da Guerra Fria, a divisão dual do globo entre o sistema capitalista, encabeçado pelos Estados Unidos, e o sistema comunista, liderado pela União Soviética, se intensificou a partir da Doutrina Truman (1948) que pregava a contenção do expansionismo soviético. Isso proporcionou aos Estados Unidos a legitimidade necessária para justificar sua hegemonia mundial no ocidente (SARAIVA, 2007).

..... O oriente médio dentro da hegemonia estadunidense (1945-2015)

Os EUA, recém-saídos como superpotência global no pós II Guerra Mundial, procurou aproveitar-se da onda de descolonização no Oriente Médio e do conseqüente enfraquecimento europeu na região para iniciar a institucionalização de seu poder nesta na parte do mundo. Neste processo Washington buscava cooptar tanto as elites conservadoras, quanto as elites nacionalistas; mas não hesitando em atuar diretamente na política interna destes países quando os seus interesses fossem ameaçados, como pode ser visto em seu envolvimento na derrubada do 1º Ministro iraniano Mohammed Mossadegh, em 1953 (SILVER; SLATER, 1999). Após sua queda, os direitos de exploração do petróleo do país foram transferidos de companhias inglesas para americanas, acentuando ainda mais a consolidação da hegemonia norte-americana (VISENTINI, 2014).

O maior controle sobre esta mercadoria simboliza este novo quadro de hegemonia: antes da II Guerra Mundial, os EUA controlavam 15% do petróleo da região, enquanto que a Inglaterra 70%; no início dos anos 1950, Washington dominava 60% e Londres 30% (TIBI, 1998). A extração deste petróleo, (fundamental para a economia industrializada do Ocidente), era controlada por uma oligarquia de multinacionais estadunidenses, francesas, inglesas e holandesas, que por sua vez, dominavam o mercado do setor através de um cartel (FERABOLLI, 2005). Na década seguinte, a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), representou uma tentativa dos países do Oriente Médio de buscarem

uma melhor negociação nos termos econômicos da mercadoria frente às multinacionais ocidentais. Porém, “a OPEP, inexperiente e enfraquecida por suas rivalidades internas, teve pouco sucesso em defender o preço do petróleo em sua primeira década de existência” (HUDSON, 2013, p. 325, tradução livre).³

3. No original em inglês: “OPEC, inexperienced and weakened by internal rivalries, had little success in defending the price of oil during its first decade”.

4. Conflito militar ocorrido em outubro de 1973, envolvendo uma coalização de Estados árabes, liderados por Egito e Síria contra o Estado de Israel. Os primeiros buscavam recuperar os territórios anexados por Israel na Guerra dos Seis Dias (1967).

5. O 1º Choque do Petróleo ocorreu em 1973 e foi causado pelo embargo do produto pelos membros da OPEP aos EUA e aliados de Israel. A ação buscava isolar Israel internacionalmente e forçá-lo a mudar a sua estratégia diante os territórios ocupados em 1967.

O 2º Choque do Petróleo ocorreu em 1979, e foi ocasionado pela paralisação da produção e exportação pelo Irã, após a Revolução Islâmica ocorrida no mesmo ano.

6. Ofensiva político-militar desencadeada pelos EUA como resposta aos ataques de 11 de Setembro. Iniciada no governo George W. Bush em setembro de 2001, está em vigor até hoje. Em razão do escopo do nosso trabalho envolver somente o Oriente Médio, não abordaremos a Guerra do Afeganistão (2001-).

Em nível sistêmico, do meio da década de 1950 até a Guerra de Yom Kipur⁴ (1973), houve a chamada de “Guerra Fria Árabe” onde os EUA apoiavam os regimes monárquicos conservadores do Golfo Pérsico, que rivalizavam regionalmente com as repúblicas laicas (sobretudo Egito e Síria) as quais recebiam suporte da URSS (KERR, 1971). Esta disputa só se encerraria com o enfraquecimento regional do Egito e sua ida para a órbita de influência dos EUA, situação que refletiu a retração da atuação de Moscou na região, durante o meio dos anos 1970. Entretanto, a hegemonia de Washington no Oriente Médio não impediu que o país fosse fortemente afetado economicamente pelo 1º e o 2º Choques do Petróleo⁵.

Já a crise regional causada pela invasão iraquiana ao Kuwait em 1990 e a consequente liderança estadunidense na missão multinacional contra Bagdá, em agosto do mesmo ano, inserem-se no contexto sistêmico de fim da estrutura bipolar e definição dos EUA como única superpotência no mundo pós Guerra Fria (FERABOLLI, 2005). Porém esse *status* de única superpotência no moderno sistema de Estados (e sua consequente hegemonia no Oriente Médio) desfrutado pelos EUA desde os anos 1990, sofreria um grande abalo com os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Estes permitiram adoção de uma agenda de política neoconservadora, sob o governo de George W. Bush (2000-2008), caracterizada pelo unilateralismo norte-americano e pelo Projeto de um Novo Século Americano (ARRIGHI, 2007). A operacionalização deste ideal foi visto em situações como a Guerra ao Terror⁶, a Doutrina Preventiva e a Guerra do Iraque (2003-11) (PECEQUILO, 2013). Para Arrighi (2007) existe uma curiosa semelhança entre a *Pax Americana* proposta por Roosevelt para combater o fascismo na Europa e o Japão e o Projeto de um Novo Século Americano ancorado no combate ao terrorismo internacional.

Um dos grandes acontecimentos da Guerra ao Terror, a Guerra do Iraque (2003-2011), deve ser compreendida através de uma análise multifatorial. A reafirmação da unipolaridade estadunidense face as contestações hegemônicas empreendidas pelo terrorismo internacional, somada aos interesses/pressões de fortes grupos econômicos (indústria militar, petrolífera e da construção civil) e os interesses geopolíticos de aumentar o domínio na Eurásia e isolar o Irã, estão entre as causas da Guerra do Iraque, apesar do argumento oficial ser o de que Saddam Hussein apoiava o terrorismo e que possuía um arsenal atômico (BATISTA; PECEQUILO 2009, VISENTINI 2014).

Apesar do sucesso em derrubar o regime de Saddam Hussein, a unilateralidade da invasão, as mentiras em relação à existência de armas de destruição em massa no Iraque e os interesses econômicos sob o petróleo iraquiano, contribuíram para uma grande perda do *soft power* estadunidense, tanto a nível regional no Oriente Médio, quanto a nível global. Brzezinski, ao comentar a imagem dos EUA no mundo logo após o início da guerra do Iraque, pontua que “a credibilidade militar global americana

nunca foi tão alta; no entanto, sua credibilidade política global nunca foi tão baixa” (BRZEZINSKI, 2004, p. 214, tradução livre)⁷.

Nesse sentido, Friedman (2004) afirma que a Guerra no Iraque indica a real possibilidade de os EUA perderem a sua liderança moral no mundo, situação que dentro da perspectiva gramsciana de hegemonia representaria um grave retrocesso na sustentação na hegemonia norte-americana, em razão da imprescindibilidade do convencimento coletivo para a manutenção do *status* de *hegemon*. Apesar de o presidente Obama ter retirado as tropas norte-americanas no Iraque em 2011, a presença indireta de Washington no país ainda continua. Ainda sobre este conflito, Arrighi (2007) comenta que na medida em que as dificuldades dos EUA no Vietnã precipitaram a crise sinalizadora da hegemonia de Washington, sua atuação em Bagdá é sinalizador da crise terminal da sua hegemonia.

Esta perda de *soft power* e eficiência militar agravou-se com a Crise Econômica Mundial de 2009, a qual atingiu fortemente a economia dos EUA. Com a eleição em 2008 de Barack Obama, houve uma esperada redução do ímpeto unilateralista, e uma forte tentativa inicial de recuperar o prestígio internacional do país no mundo, sobretudo no Oriente Médio, inclusive com pedidos de desculpas por erros passados. Estas ações foram consideradas pelos rivais republicanos sinais de fraqueza e o presidente foi acusado de promover o declínio hegemônico do país (AYERBE, 2010).

O advento da Primavera Árabe no final de 2010, além de surpreenderem os EUA, deixou evidente os limites do poder de Washington na região (FERABOLLI, 2012). Os protestos que resultaram na queda dos ditadores da Tunísia (final de 2010) e do Egito (início de 2011) foram sintomáticos tanto em desnudar o apoio norte-americano a estes regimes, quanto em sinalizarem o arrefecimento do poder dos EUA na região. Mesmo quando houve uma oportunidade estratégica de um importante ganho geopolítico e econômico, como na derrubada do regime de Kaddafi na Líbia, os EUA não tiveram um papel protagonista (a intervenção da OTAN no país foi liderada pelos aliados europeus) (PECEQUILO, 2013).

A redução da ingerência dos EUA na região foi percebida com uma possibilidade de maior autonomia para seus aliados, sobretudo as monarquias do Golfo. A Arábia Saudita (grande parceiro de Washington) assinalou em 2011 que iria perseguir seus objetivos de política externa e que, eventualmente, estes poderiam ser distintos dos interesses dos EUA na região (GAUSE, 2011). Esta autonomia das petromonarquias pode ser vista nas invasões do Conselho de Cooperação do Golfo (liderado por Riad) no Bahrein (2011) e no Iêmen (2015), conduzidas sem o apoio e participação dos EUA (KITCHEN, 2012).

No que diz respeito a Primavera Árabe Síria, os EUA têm sido acusados (assim como em suas demais ações para este fenômeno regional) de empregar políticas inconsistentes e de se apresentarem como passivos. Segundo Gause: “ele [Obama] pede a queda do regime de Assad, mas se afasta do uso da força contra ele, e então torna-se, indiretamente, o seu parceiro em um acordo para livrar a Síria de suas armas químicas” (GAUSE, 2014, p. 23, tradução livre).⁸

Em âmbito global os vetos russos e chineses impedem uma ação multilateral contra o governo de Damasco. Também destaca-se a forte

7. No original em inglês: “America’s overall military credibility has never been so high; however, its overall political credibility has never been so low”.

8. No original em inglês: “he calls for the downfall of the Assad regime but backs away from the use of force against it, and then becomes, indirectly, its partner in an agreement to rid Syria of its chemical weapons”.

9. Putin propôs, em setembro de 2013, que as armas químicas do governo Sírio fossem entregues à Organização para a Proibição de Armas Químicas, para serem destruídas. Cerca de um mês, os EUA concordaram com a proposta russa.

10. Grupo radical islâmico originário do braço da Al-Qaeda no Iraque em 2003, que combatia a presença dos EUA no país.

reação russa à ameaça de invasão dos EUA à Síria em razão do suposto uso de armas químicas. Ainda, a solução para esse impasse criada por Putin⁹ e chancelada por Washington indicam novamente que o avanço dos interesses dos EUA no Oriente Médio não encontra mais a facilidade de outrora (O GLOBO, 2013; BBC, 2013; VISENTINI, 2014). Conforme destaca Pinto, “os EUA já não são capazes de influenciar sistematicamente nas escolhas feitas no Oriente Médio. Os eventos [Primavera Árabe] refletem uma influência ocidental desaparecendo, especialmente dos EUA” (PINTO, 2012, p. 123).

O surgimento do Estado Islâmico¹⁰ forçou os EUA a realizar incursões aéreas contra o grupo na Síria e no Iraque, o que (em razão desta organização ser atualmente o principal grupo opositor ao governo de Bashar al-Assad) acabou paradoxalmente por fortalecer o regime sírio. Esta situação somada à entrada militar no conflito da Rússia ao lado de Damasco (oficialmente atacando somente o Estado Islâmico), aponta que os EUA já não detêm a maioria das cartas na região (KITCHEN, 2012).

Por fim, mudanças sistêmicas sinalizam a influência de novas potências, especialmente na Ásia. Outrossim, variáveis econômicas e financeiras como petróleo, comércio e investimento do Oriente Médio estão se virando progressivamente para o Oriente (HUDSON, 2013). Outro fato que pode indicar essas mudanças é que, em 2015, apenas 24% do petróleo consumido nos Estados Unidos foi importado (menor nível desde 1970), sendo que desse percentual apenas 11% veio de um país da região (Arábia Saudita), frente a 40% do Canadá e apenas um pouco na frente de Venezuela e México, que representam, respectivamente, 9% e 8% do total do petróleo importado pelos EUA (U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2017).

A ascensão chinesa e as relações entre china e oriente médio.....

A ascensão econômica e política chinesa no moderno sistema de Estados remonta à década de 1970. No início daquele decênio, a China de Mao Zedong aproximou-se dos Estados Unidos, podendo, então, ocupar o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e romper o seu isolamento diplomático com várias nações. Ademais, em 1976, Mao faleceu, levando ao poder no Partido Comunista Chinês (PCC) um grupo moderado, liderado por Deng Xiaoping que conduziu uma série de reformas econômicas cujo intuito era alavancar o desenvolvimento chinês (VISENTINI, 2011).

A partir de então, foi dado destaque à modernização em quatro áreas prioritárias: indústria, agricultura, tecnologia e forças armadas. Relacionada a essas novas prioridades foi adotada, em 1978, a política das Quatro Modernizações, que envolveu a introdução de uma economia mercantil dentro de uma estrutura socialista com a descoletivização gradual da agricultura, a criação de áreas específicas para atração de capital e tecnologia estrangeiras e instalação de empresas transnacionais, com enfoque na exportação. Nesse sentido, foram criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que se constituíam de localidades com legislações próprias mais favoráveis aos mecanismos de mercado e desenvolvimento capitalista (VISENTINI, 2011).

Como apontam Cunha e Acioly (2009), antes de 1979 a corrente de comércio da China como proporção do PIB nunca havia atingido níveis acima de 10%. Como resultado das reformas, no início da década de 1990 a abertura comercial do país alcançou a média mundial, superando a marca de 60% do PIB no período que vai de 2002 a 2008.

Com a entrada da China na OMC, em 2001, o seu regime de investimento foi se moldando cada vez mais aos parâmetros da economia de mercado. Como consequência de todo esse processo, o estoque de investimento direto estrangeiro (IDE) na economia chinesa foi de US\$ 1 bilhão em 1980, indo para uma média de fluxo anual de IDE de US\$ 40 bilhões a partir de 1992 e de US\$ 60 bilhões nos anos 2000 (CUNHA; ACIOLY, 2009).

Quando iniciou suas negociações para entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1986, a China exportava US\$ 31 bilhões e importava US\$ 43 bilhões em mercadorias, o que equivalia, respectivamente, a 1,4% e 1,9% dos totais mundiais. Em 2001, ano da sua adesão, estes valores eram de US\$ 266 bilhões em exportações (4,3% do total mundial) e US\$ 244 bilhões em importações (3,8% do total global). Em 2008, exportações e importações avançaram para, respectivamente, US\$ 1.428 bilhões e US\$ 1.133 bilhões, equivalendo a 8,9% e 6,9% dos valores globais. Entre 1979 e 2000, o comércio exterior chinês cresceu a taxas médias anuais de 16%. Depois de 2001, este ritmo se acelerou para 26% ao ano, no caso das exportações, e para 23% no das importações (CUNHA; ACIOLY, 2009, p. 362).

Disso pode-se depreender que, em uma conjuntura de aumento de globalização e interdependência entre as nações, a China foi uma das economias vencedoras do processo de abertura de mercados que teve início na década de 1980. Junto com os Estados Unidos foi fonte principal de geração de demanda no forte ciclo de expansão global ocorrido entre 2003 e 2007. Além disso, o crescimento econômico chinês desde 2002 pode estar representando no mínimo um quarto do crescimento mundial (CUNHA; ACIOLY, 2009).

O crescimento econômico da China é outro aspecto relevante. De acordo com Nonnenberg (2010), da década de 1980 até 2010 a média de crescimento real foi de 10% ao ano, fazendo com que a China ultrapassasse o Japão e ficasse com o posto de segunda maior economia mundo. Outro fato que merece destaque é que, segundo estimativas para 2015 do *The World Factbook* (2016), a China já é a primeira economia do mundo quando é considerado o PIB calculado por paridade de poder de compra.

Em termos de projeção política internacional, a China optou por um discurso mais cauteloso considerando a rapidez do seu fortalecimento econômico: desde o final dos anos 1990 um dos seus princípios de política externa tem sido o de “Ascensão Pacífica”, que vai de encontro àqueles que veem a China como uma ameaça ao *status quo* global. Zheng Bijiang, intelectual ligado ao então presidente chinês Hu Jintao, argumentou no sentido de que a compatibilização da ascensão da China por meios pacíficos era possível por duas razões: a) pelo crescimento chinês ser um jogo de soma positiva (win-win), visto que sua inserção no mercado mundial fez com que várias nações se beneficiassem e; b) a política chinesa não seria expansionista ou isolacionista, visto que o país seria capaz de lidar com os possíveis problemas decorrentes de sua necessidade de desenvolvimento (PECEQUILO; CARMO, 2014).

Relações entre China e Oriente Médio

A China, contrariando o senso comum, não é um ator novo no Oriente Médio. As suas relações com a região vêm do período maoísta, no contexto ideológico da Guerra Fria – apesar de não haver grande volume de trocas comerciais, havia auxílio logístico a grupos revolucionários. Com o advento do governo de Deng Xiaoping, a China fortaleceu laços econômicos com o Oriente Médio, por exemplo, através de suas estatais de petróleo e construção atuando em países como Iraque, Kuwait, Irã, Líbia, Omã, Catar, Iêmen, Egito e Emirados Árabes Unidos (DAOJIONG, 2015).

Ainda de acordo com Daojiong (2015), a presença chinesa no Oriente Médio foi ainda mais relevante a partir dos anos 1980, através da venda de armas, das quais Egito, Irã, Iraque e Arábia Saudita tornaram-se grandes compradores. Em 1984 a venda de armas tornou-se principal componente da pauta de exportações da China para o Oriente Médio representando 78% do total. Entretanto, devido a embargos dos Estados Unidos e da ONU ao Irã e Iraque, a tentativa dos Estados Unidos de impedir a proliferação militar na região e a constatação da baixa eficácia das armas chinesas, na década de 1990, a venda de armas da China para o Oriente Médio decaiu consideravelmente.

Conquanto o nível de comércio entre ambas as partes tenha declinado, logo retomou sua ascendência a partir do aumento da demanda chinesa por óleo importado. Em 1990, a parcela de petróleo importado do Oriente Médio respondia por 48% do total, chegando a 51% em 2011, quando a região se tornou o maior exportador de petróleo bruto para China. A tendência é de que a importância do Oriente Médio para a China nessa questão aumentará nos próximos anos, havendo estimativas de que o percentual de petróleo importado da região chegará a 70% do total em 2020 (KAZEMI; CHEN, 2014).

Junto ao aumento nas importações de petróleo houve uma rápida expansão nos laços econômicos entre China e Oriente Médio, através do intercâmbio comercial. O montante do valor comercializado, segundo Kazemi e Chen (2014), cresceu 87% entre 2005 e 2009, alcançando 100 bilhões de dólares e indo para 222 bilhões de dólares em 2012. Além disso, o nível de investimento chinês na região decuplicou indo de 1 a 11 bilhões de dólares entre 2005 e 2009.

Análise do comércio do Oriente Médio com os Estados Unidos e a China

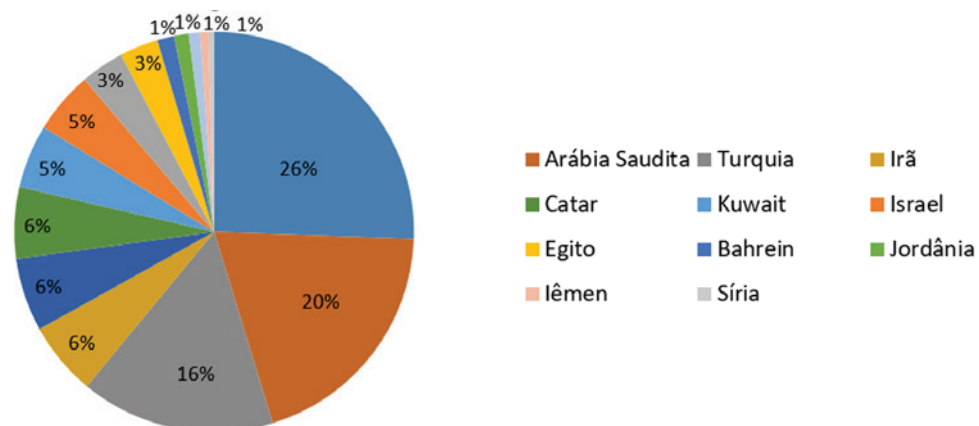
A importância da região do Oriente Médio para o comércio mundial é considerável. Apesar de sua base de exportação ser petróleo e derivados, com um alto volume de exportação desses bens, os países da região também têm elevada demanda por diversos produtos (desde alimentos a equipamentos e maquinário), fazendo com que o volume de importação também seja expressivo e torne o Oriente Médio um dos centros mundiais de comércio.

A soma das exportações e importações do Oriente Médio vai de um pouco mais de US\$ 1 trilhão em 2005 para mais de US\$ 2 trilhões em 2013, representando um avanço de 100% na corrente de comércio exterior em

nove anos, mesmo considerando a queda abrupta ocorrida entre 2008 e 2009. A título de comparação, a corrente de comércio exterior dos Estados Unidos, chegou a US\$ 3,8 trilhões e a da China chegou a US\$ 4,1 trilhões em 2013. Considerando que ambos possuem as duas maiores correntes de comércio exterior do mundo, verifica-se que a região do Oriente Médio possui importância pelo valor total de bens e serviços comercializados no comércio externo, porém, não está perto de ter o mesmo que as duas maiores potências econômicas internacionais (BANCO MUNDIAL, 2016).

Um fato que indica a relevância do Oriente Médio para China é que em 2014 13% do total importado pela China foi de óleo bruto, sendo que desse percentual mais de 50% provém dessa região – 16% da Arábia Saudita, 11% do Omã, 9,1% do Irã, 9,1% do Iraque, 4% dos Emirados Árabes Unidos (EAU) e 3,3% do Kuwait (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2017).

Gráfico 1 – Participação dos Estados do Oriente Médio na corrente de comércio exterior da região (2014) - em %



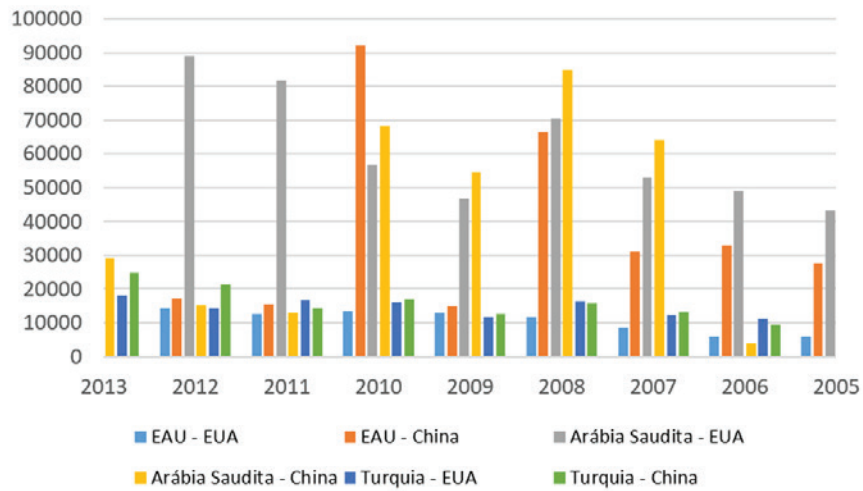
Fonte: Estimativa do World Factbook (2015).

Mesmo que a região do Oriente Médio tenha papel de destaque no comércio mundial, verifica-se, através do Gráfico 1, que são três dos quinze países da região que dão maior contribuição para isso: Emirados Árabes Unidos (representando 26% do total), Arábia Saudita (representando 20%) e Turquia (representando 16%). Com percentuais menores de participação entre 6% e 5%, aparecem Irã, Iraque, Catar, Kuwait e Israel.

Dentre os três Estados com maior participação, cabe destacar que os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita têm a pauta de exportação centrada na venda de petróleo e derivados, com elevado percentual de importação de bens de consumo e de capital. A Turquia, por sua vez, tem uma pauta de exportação mais diversificada, vendendo proeminentemente metais, maquinários e têxteis (BANCO MUNDIAL, 2016).

Em relação aos três Estados com maior participação no total do comércio exterior do Oriente Médio, o Gráfico 2 mostra uma maior importância das relações comerciais da China em detrimento dos Estados Unidos. Nos três casos, China em 2013 apresentava maior importância do que os Estados Unidos, em termos de valores de comércio, apesar de a diferença não ser muito significativa.

Gráfico 2 – Corrente de comércio EAU, Arábia Saudita e Turquia com Estados Unidos e China – em US\$ mi



Fonte: Banco mundial (2016).

No caso da Arábia Saudita é possível perceber uma oscilação nas relações de comércio tanto com a China quanto com os Estados Unidos. No tocante às relações sino-sauditas, cabe destacar a assinatura de um acordo de cooperação bilateral na seara do petróleo que lançou as bases para que a Arábia Saudita se tornasse a maior fornecedora de petróleo para a China, além de investir em refinarias chinesas. Ademais, de 2005 a 2012 a China investiu US\$ 13,6 bilhões na Arábia Saudita: US\$ 5 bilhões em metais, US\$ 2,2 bilhões no setor imobiliário e o restante em transporte e outras áreas (KAZEMI; CHEN, 2014).

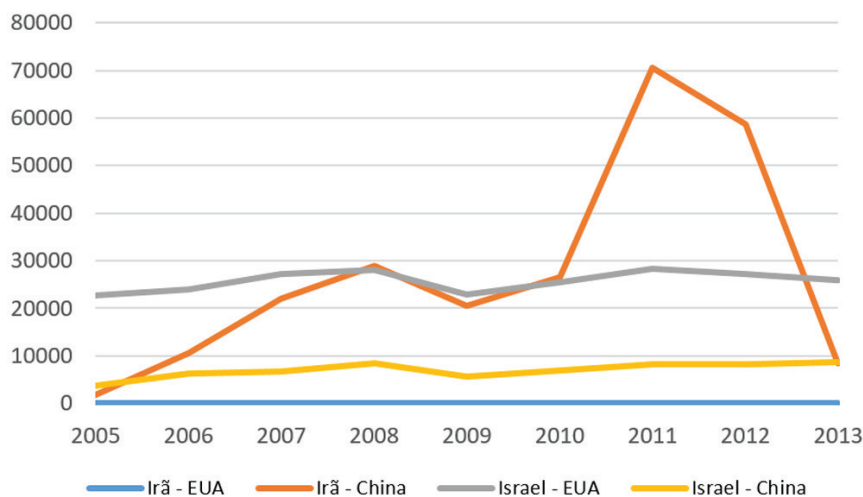
Os Emirados Árabes Unidos chegaram a ter corrente de comércio exterior de US\$ 90 bilhões com a China em 2010 (partindo de menos de US\$ 30 bilhões em 2005), apresentando uma queda brusca em 2011 e se recuperando em 2013 a quase US\$ 20 bilhões em 2013 (menor que o valor comercializado em 2005). Aqui se vê a importância logística que os EAU tem para a China por estar num local estratégico entre a Europa e a Ásia e ter uma posição relevante em termos de comércio e finanças globais. Conforme Kazemi e Chen (2014), mais ou menos 70% das exportações chinesas para os EAU são re-exportados de Dubai para destinos como Arábia Saudita e Irã, demonstrando essa importância logística.

Já com a Turquia a China apresentou uma melhora gradual no total comercializado, partindo de US\$ 5 bilhões em 2005 para US\$ 24 bilhões em 2013. Serdaroglu (2014) denota que as relações sino-turcas passaram a chamar mais atenção quando, em 2005, uma companhia chinesa ganhou o direito de construir uma ferrovia de alta velocidade entre Ancara e Istanbul. Para a Turquia, a evolução das relações com a China apresenta vantagens transferência de tecnologia, inclusive militar, e cooperação nuclear, além de ser um possível fator de barganha da Turquia aos tradicionais aliados ocidentais como Alemanha e Estados Unidos.

No que tange à Irã e Israel, Estados tradicionalmente rivais na região, verifica-se através do Gráfico 3 também o aumento da presença comercial chinesa. A China chegou a totalizar US\$ 70 bilhões em expor-

tações e importações com o Irã em 2011 tendo saído de menos de US\$ 2 bilhões em 2005 e caindo para um pouco menos de US\$ 9 bilhões em 2013; nesse período a China melhorou seu montante comercializado com Israel, indo de US\$ 3,7 bilhões para US\$ 8,7 bilhões.

Gráfico 3 – Corrente de comércio de Irã e Israel com Estados Unidos e-China em US\$ mi



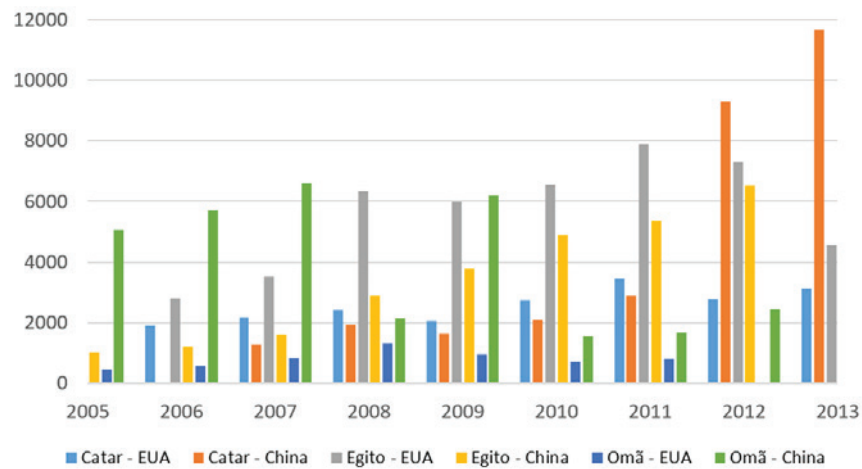
Fonte: Banco mundial (2016).

Já os Estados Unidos se mantiveram constantes na sua corrente de comércio com Israel, ao passo que nunca apareceram como um dos cinco maiores parceiros comerciais do Irã tendo, por isso, ficado de fora do cálculo de comércio do Banco Mundial (2016). Isso se deve, em grande parte, as sanções econômicas e comerciais internacionais lideradas pelos Estados Unidos ao Irã em virtude da resiliência do governo iraniano em continuar enriquecendo urânio a níveis considerados perigosos pela maioria dos países ocidentais.

A China se beneficiou das sanções contra o Irã. Antes, Alemanha, Itália e Grécia eram os principais parceiros comerciais do Irã, ao passo que após o início das sanções, em 2006, a China tornou-se seu principal mercado para exportações e o segundo para importações, perdendo apenas para os EUA. Enquanto o Irã exporta principalmente petróleo para a China, importa de lá automóveis, máquinas para indústria e bens de consumo. Assim como em outros países do Oriente Médio, a China tem investido no Irã em projetos-chave de infraestrutura, como o sistema de metrô de Teerã (LIU, 2014).

Em relação à Israel e China desde o reestabelecimento de relações diplomáticas, em 1992, o nível de trocas comerciais entre ambos cresceu mais de 200 vezes. Conforme afirma Poulin (2014), há uma visão de ambos os lados de que o comércio bilateral tem muito potencial pelo fato das economias serem complementares; enquanto a China é líder mundial em indústria, Israel se destaca mundialmente na área de pesquisa e desenvolvimento e produtos de alta tecnologia, atraindo com isso, investimentos chineses para a região. Ainda assim, a China ainda está aquém da Europa e dos Estados Unidos em termos de importância comercial para Israel.

Gráfico 4 – Corrente de comércio Catar, Egito e Omã com Estados Unidos e China
US\$ mi



Fonte: Banco mundial (2016).

Analisando o Gráfico 4 pode-se perceber um aumento da corrente de comércio da China com o Catar e o Egito no período estudado, ao passo que o volume de trocas com o Omã diminuiu nesse período. Em relação aos Estados Unidos, observa-se um declínio na corrente de comércio com Catar e Egito a partir de 2011, a despeito de um leve aumento com o Omã em 2013. Nos três países a importância comercial da China, considerando o montante comercializado, é maior que a dos Estados Unidos.

No caso específico do Egito, seu contingente populacional oferece à China uma ótima oportunidade como mercado consumidor bens de baixo custo. Considerando a importância geopolítica do Egito, o fato de a China ter se tornado seu principal parceiro comercial confere a este a possibilidade de obter influência política tanto na África quanto no Oriente Médio (LIU, 2014).

Não ilustrado nos gráficos pela falta de estatísticas mais completas, o Kuwait também possui importância comercial, tendo apresentado em 2014 corrente de comércio de US\$ 136 bilhões com pauta exportadora baseada sobretudo em petróleo e derivados e pauta importadora em veículos e outros maquinários. Estados Unidos e China possuem relevância semelhante em relação à balança comercial do país, respondendo cada um por algo em torno de 11 a 12% do total (THE WORLD FACTBOOK, 2016).

Concernente à Jordânia, Líbano, Bahrein e Iêmen, não há uma importância comercial quando comparada aos demais países já analisados – a soma dos seus intercâmbios representa, considerando as estimas do *The World Factbook* (2016), algo em torno de 4% do valor total comercializado pelo Oriente Médio em 2014. Mesmo assim, cabe ressaltar que a China, bem como os Estados Unidos, está entre os maiores parceiros comerciais de todas essas nações, o que mostra a vontade chinesa em ampliar sua rede de intercâmbios comerciais em toda a região.

Quanto ao Iraque, quinto país na região em termos de relevância no volume de comércio exterior cabe salientar que a invasão estadunidense em 2003 abriu espaço para a China ser um influente ator e parceiro econômico (Liu, 2014). De acordo com estimativa do *The The World Fact-*

book (2016), em 2014 a China era seu principal parceiro comercial importando de lá em torno de 1% do total e exportando aproximadamente 24% do total comercializado.

Com investimentos na área do petróleo, a *China National Petroleum Corporation*, tornou-se uma das principais beneficiárias desse período de desordem em território iraquiano. Apesar disso, a recente expansão no Estado Islâmico tem tornado os investimentos chineses no Iraque cada vez mais vulneráveis (DAOJIONG, 2015).

No que concerne à Síria, cuja guerra civil iniciada em 2011 ainda está em curso, tanto chineses quanto estadunidenses não tem participação expressiva na sua corrente de comércio exterior. Ainda, devido ao conflito, o volume de trocas sírias com os mercados externos diminuiu dramaticamente nos últimos anos indo de algo em torno de US\$ 30 bilhões em 2010 para, conforme relatório da OMC (2010), para, conforme estimativas do *The World Factbook* (2016) aproximadamente US\$ 8 bilhões em 2015.

Mesmo não sendo considerável em termos comerciais, em termos políticos a situação na Síria se reveste de grande relevância, sendo uma das zonas de maior tensão na região. Nesse sentido, a China vem procurando manter-se relativamente neutra no embate, condenando de forma expressiva as atividades terroristas, porém, reafirmando a não-ingerência sobre o país e a necessidade de respeitar sua soberania e capacidade de resolver sua crise interna. Tal discurso contraria um de seus aliados, a Rússia, que já está intervindo em solo sírio e vem solicitando apoio chinês na resolução do conflito (BIN, 2016).

De maneira geral, tendo em vista os gráficos apresentados, pode-se dizer que comercialmente a China possui maior relevância no Oriente Médio, região há décadas mantida sob influência política e econômica dos Estados Unidos. Considerando as estimativas do *The World Factbook* (2016) para o ano de 2014, conforme os gráficos apresentados, a China possui maior corrente de comércio com os seis Estados mais relevantes da região em termos de exportações e importações. São eles: Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Turquia, Irã, Iraque e Catar.

A questão que se coloca é se essa predominância comercial da China em relação aos Estados Unidos configurar-se-ia em uma troca de ator hegemônico no Oriente Médio. Partindo do princípio de política externa chinesa de “Ascensão Pacífica” e de sua política e de não intervenção mesmo face aos desdobramentos mais recentes da crise oriunda dos levantes da Primavera Árabe, a China não estaria interessada em assumir o papel de “dirigente” na região, aspecto indispensável para caracterizar uma hegemonia.

Por outro lado, os Estados Unidos vêm perdendo força no Oriente Médio, sobretudo após a eclosão da Guerra ao Terror e a invasão do Iraque em 2003. O próprio vácuo de poder gerado a partir desse período foi mais um vetor para o estreitamento das relações comerciais chinesas com praticamente todas as nações do Oriente Médio.

A crise financeira de 2008 também foi mais um marco nessa suposta perda de hegemonia dos Estados Unidos a nível mundial e em particular no Oriente Médio. Com o relativo enfraquecimento econômico estadunidense nos anos posteriores à crise, mesmo o viés *hard power* da hegemonia estadunidense, como a manutenção de tropas de seu exército

no Iraque e no Afeganistão começou a se mostrar inviável, além de ser moralmente criticado pela comunidade internacional.

Ainda no tocante à crise de 2008, a mesma pode ter acentuado à tendência ao declínio hegemônico estadunidense no viés do ciclo sistêmico de acumulação. Isso porque a expansão da economia global do início da década de 2000 esteve atrelada, em parte, ao crescimento desenfreado do sistema financeiro especulativo desenvolvido nas últimas décadas e cujo ápice levou ao estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos e à falência do banco Lehman Brothers.

A China, por sua vez, contribuiu para o avanço na economia global nesse período via comércio, com aumento nas exportações e importações com praticamente todas as regiões do mundo. Tal fato pode ser visto como uma confirmação de que a China estaria “liderando” o sistema capitalista via expansão material de sua economia, enquanto os Estados Unidos, por não ter mais a capacidade de expansão de outrora, estariam tentando manter a liderança no moderno sistema de Estados via ascensão financeira de sua economia.

Se a China não tem demonstrado interesse no aspecto hegemônico de “dirigente” na região, também é verdade que a expansão de sua influência econômica tem credibilidade no Oriente Médio, uma vez que seu crescimento beneficia o crescimento dos demais Estados face ao aumento no volume de bens e serviços comercializados. Esse aspecto “win-win” da política externa na China pode ser considerado parcialmente como hegemônico no sentido arrighiano, uma vez que o aumento de seu poder pode ser visto como benéfico para o Oriente Médio, também considerando que a China tem elevado a quantidade de investimentos na região.

Cabe salientar, contudo, que essas duas tendências da política externa chinesa tendem a se contradizer no tocante ao Oriente Médio. Conforme cresça ainda mais a influência e participação econômica chinesa será inexequível a tentativa de mostrar que sua política não é expansionista no sentido hegemônico, pois a China buscará priorizar seus interesses econômicos na região levando à luta por mais influência política em cada um dos Estados. Essa possibilidade pode ser reforçada caso a atual crise no Oriente Médio ganhe maiores proporções e venha a prejudicar os interesses chineses na região.

Além disso, se prosseguir o arrefecimento da economia chinesa como nos últimos anos, deve vir como consequência a diminuição no comércio com a região e, então, a menor credibilidade em uma possível procura por maior influência nas tomadas de decisão nas nações do Oriente Médio – contradição do discurso de “win-win”.

Por fim, deve-se levar em conta que a relativa perda de relevância comercial dos Estados Unidos na região durante os últimos anos pode não ser fato consolidado. Variáveis como uma possível retomada na dinâmica econômica estadunidense e/ou uma maior demanda por petróleo e derivados deverão fazer com que haja uma política de manutenção ou mesmo nova expansão de poder, embora, pela questão ideológica, não pareça plausível aos Estados Unidos ser hegemônico no Oriente Médio devido a paradoxos ideológicos criados a partir do combate ao terrorismo.

No curto prazo, portanto, a tendência é que se verifique uma situação de maior instabilidade política e social na região. Isso porque a China, apesar de possuir maior relevância comercial na região em relação aos Estados Unidos não busca de forma explícita influenciar politicamente, ao passo que esse, apesar de ter poder político e militar, não possui credibilidade para exercer a hegemonia. Ademais, a atual desaceleração econômica mundial e as próprias crises sociais do Oriente Médio, sem perspectiva de avanços, confirmariam esse contexto mais incerto.

Uma conjuntura de maior instabilidade política e social na região não necessariamente quer dizer que se atinja uma situação de caos sistêmico no sentido arrighiano, visto que importantes Estados da região (como Arábia Saudita, Catar, EAU e Irã) se encontram numa situação de aparente estabilidade. Nesse sentido, então, torna-se mais improvável ane-ter uma possível presença hegemônica chinesa no Oriente Médio em um período mais próximo.

Conclusão.....

Desde a formação do moderno sistema de Estados, em 1648, um conjunto de Estados vem tentando expandir seu poder e liderar os demais, via coerção e consentimento. As lutas por essa condição hegemônica fizeram surgir três hegemônias mundiais até hoje: Países-Baixos, Inglaterra e Estados Unidos. A hegemonia dos Estados Unidos atingiu sua maturidade ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e pode ter iniciado seu declínio a partir do início da década de 1970. Esse declínio pode ter sido acelerado pela ascensão econômica de um novo e relevante ator internacional: a China.

Nesse sentido, o artigo se propôs a analisar os possíveis efeitos hegemônicos da ascensão chinesa sob a perspectiva de suas relações, sobretudo comerciais, com o Oriente Médio, fazendo uma análise comparativa das relações dessa região com os Estados Unidos. Na primeira seção discorreu-se sobre os conceitos de hegemonia e hegemonia mundial abordando, também, os ciclos sistêmicos de acumulação necessário ao melhor entendimento do tema. Um Estado ascende materialmente até atingir um nível superior aos demais e poder demonstrar aos demais que a expansão de seu poder beneficia a totalidade do sistema, podendo, assim, tornar-se hegemônico. O declínio do mesmo, por outro lado, é marcado por sua ascensão via meios financeiros e perda de legitimidade perante os demais Estados, enquanto um outro Estado passa a liderar via expansão material podendo tornar-se hegemônico.

No caso dos Estados Unidos, conforme visto na segunda seção do trabalho, a consolidação de sua hegemonia fez com que seus interesses representassem todo o sistema capitalista. A sua influência política e econômica à época, entretanto, não foi essencialmente pacífica. No Oriente Médio eclodiram diversos conflitos desde o final da Segunda Guerra Mundial, sobretudo de caráter religioso-nacionalistas, fazendo com que, ao passar das décadas, os Estados Unidos passassem a ser vistos como inimigo a ser combatido por parte da sociedade das nações do Oriente Médio. O apogeu desse pensamento culminou nos atentados de 2001, le-

vando os Estados Unidos a declarar a Guerra ao Terror e invadir o Iraque em 2003, sem o aval da comunidade internacional.

Por estas razões, a legitimidade estadunidense na posição de hegemonia foi enfraquecida. Entrementes, o crescimento desenfreado do sistema financeiro dos Estados Unidos levou a um nível de especulação global sem precedentes e a uma crise que afeta o mundo até os dias atuais. Crise essa que só não teve maiores impactos pela continuidade da ascensão chinesa. A China manteve sua política de crescimento econômico após a crise de 2008, mormente com aumento de seu comércio exterior.

Essa política também foi sentida nas suas relações comerciais com o Oriente Médio. Conforme observado na terceira seção, apesar de uma queda na transação comercial com as nações da região em 2008 e 2009, houve uma recuperação nos anos seguintes. Foi observado, também, que em termos de valores transacionados em bens e serviços a China é mais relevante do que os Estados Unidos no conjunto da cada região e isoladamente com a maioria dos seus Estados, inclusive aqueles que têm um nível de comércio mais robusto, como Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Turquia.

Não obstante tal relevância, a China, considerando seu discurso de ascensão pacífica, aparenta não ter pretensões hegemônicas no Oriente Médio a curto prazo, preferindo demonstrar respeito à soberania de suas nações e o desejo de continuar aprimorando suas relações via trocas, investimentos e compartilhamento de tecnologia. A possível falta de pretensão hegemônica chinesa é paradoxal, ainda mais considerando que o aumento de seus interesses na região poderá implicar em tentativa de obter mais influência nas tomadas de decisão de seus líderes.

O vácuo de poder hegemônico no Oriente Médio faz parte de um possível enfraquecimento da hegemonia estadunidense a nível mundial, que teria como crises sinalizadoras a Guerra no Iraque (no sentido político e moral) e a Crise Financeira Mundial de 2009 (no viés econômico e intelectual). No Oriente Médio essa situação fica mais marcante por ter sido a região na qual os Estados Unidos vêm utilizando seu poderio militar com pouca credibilidade, tendo como uma das consequências o aumento do terrorismo e um maior clima de insegurança a nível global.

Há que se colocar ainda, que apesar dos Estados Unidos não serem mais tão dependentes do Oriente Médio no que tange à importação de petróleo, ainda procuram conservar seus interesses econômicos na região através da presença militar. Isso, de certa forma, faz com que a China, mais dependente da importação do petróleo do Oriente Médio fique numa posição confortável ao não precisar intervir militarmente na região para torná-la mais estável e favorável aos seus investimentos e trocas comerciais. Assim, o discurso de ascensão pacífica chinesa somado ao fato de que não haveria uma necessidade concreta de intervenção chinesa no Oriente Médio poderia acarretar em um prolongamento ou acirramento da instabilidade política na região, mas ao mesmo tempo não deixaria margem para se antever uma possível presença hegemônica da China no Oriente Médio a curto prazo.

Referências

- ARRIGHI, G. **Adam Smith in Beijing**: lineages of the 21st century. London: Verso, 2007.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- AYERBE, L; F. Da excepcionalidade unipolar às responsabilidades compartilhadas. Barack Obama e a liderança internacional dos Estados Unidos. **Política Externa**, v. 19, n. 2, p. 93-103, set./out./nov. 2010.
- BANCO MUNDIAL. Apresenta informações sobre comércio exterior de diversos países. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/Default.aspx>>. Acesso em: 2 jun. 2016.
- BATISTA, G.; PECEQUILLO, C. O Realismo Neoclássico e a Guerra no Iraque (2003): Petróleo, Armas e a Ideologia Neocon. São Paulo: UNESP, 2009.
- BIN, Y. China-Russia relations: into the Syrian storm: between alliance and alignment. **Comparative Connections**, p. 137-151, jan. 2016.
- BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo**. Lisboa: Editora Teorema, 1979. 3 v.
- BRZEZINSKI, Z.. **The choice**: global domination or global leadership. New York: Basic Books, 2004.
- CUNHA, A. M; ACIOLY, L. China: ascensão à condição de potência global – características e implicações. In: CARDOSO JR., J. C. et al. **Trajatórias recentes de desenvolvimento**: estudo de experiências internacionais selecionadas. Brasília: IPEA, 2009.
- DIAJIONG, Z.; MEIDAN, M. China and the Middle East in a new energy landscape. **Catham House**, p. 1-15, out. 2015.
- FERABOLLI, S. Entre a revolução e o consenso - os rumos da Primavera Árabe. **Ciência & Letras**, Porto Alegre, n. 51, p. 101-109, jan./jun. 2012.
- FERABOLLI, S.. **A (des) construção da Grande Nação Árabe**: condicionantes sistêmicos, regionais e estatais para a ausência de integração política no Mundo Árabe. Porto Alegre, 2005. 225 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FRIEDMAN, B. Leap before you look: the failure of homeland security. **Breakthroughs**, v.13, n.1, spring 2004.
- GAUSE, F. G. Beyond sectarianism: the new Middle East Cold War. **Brookings**, n. 11, jul. 2014.
- GAUSE, F. G. Why Middle East studies missed the Arab Spring: the myth of authoritarian stability. **Foreign Affairs**, v. 90, n. 4, summer 2011.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. O risorgimento italiano. Notas sobre a história da Itália. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSON, J. A. **A evolução do capitalismo moderno**: um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HUDSON, M. The United States in the Middle East. In: FAWCETT, L. (Org.). **International Relations of the Middle East**. Oxford: Oxford: University Press, 2013. p. 308-330.
- KAZEMI, A. V.; CHEN, X. China and the Middle East: more than oil. **The European Financial Review**, p. 40-44, fev./mar. 2014.
- KENNEDY, P. M. **Ascensão e queda das grandes potências**. 2. ed. Mem Martins: Europa-América, 1997.
- KERR, M. The Arab Cold War: Gamal 'Abd al-Nasir and his rivals, 1958-1970. New York: Oxford University Press, 1971.
- KEYNES, J. M. **As consequências econômicas da paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- KITCHEN, N. After the Arab Spring: power shift in the Middle East? The contradictions of hegemony: the United States and the Arab Spring. **LSE IDEAS**, London, 2012.
- LENIN, V. I. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Global, 1982.
- LIU, T. C. China's economic engagement in the Middle East and North Africa. **FRIDE**, n. 173, p. 1-5, jan. 2014.
- MACHIAVELLI, N. **O príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.
- O GLOBO. Rússia e EUA concordam sobre como Síria deve eliminar armas químicas. **O GLOBO**, 8 out. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/russia-eua-concordam-sobre-como-siria-deve-eliminar-armas-quimicas-10289661>>. Acesso em: 6 jun. 2016.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Apresenta relatórios com dados sobre o comércio exterior de diversos países. Disponível: <<http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFHome.aspx?Language=E>>. Acesso em: 2 jun. 2016.
- PECEQUILO, C. S. **Os Estados Unidos e o século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- PECEQUILO, C. S.; CARMO, C. A. A China, o sistema internacional e o Sul: ascensão pacífica? **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 3, n. 1, p. 31-69, jan./abr. 2014.
- PINTO, M. Mapping the Obama administration's response to the Arab Spring. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 55, n. 2, jul./dez. 2012.
- POULIN, G. N. Sino-Israeli economic ties blossoming. **The Diplomat**, 1 dez. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/12/sino-israeli-economic-ties-blossoming>>. Acesso em: 2 jun. 2016.
- ROSENBERG, S. Rússia apresenta plano e reforça protagonismo na Síria. **BBC**, 11. Set. 2013. Disponível em: <bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130911_russia_siriarg>. Acesso em: 2 jun. 2016.
- SARAIVA, J. F. S. **História das relações internacionais contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- SERDAROGLU, O. Turkey and China: an emerging partnership? **The Institute for Security and Development Policy**, n. 162, out. 2014.
- SILVER, B.; SLATER, E. The social origins of world hegemonies. In: ARRIGHI, G. SILVER, B. (Org.). **Chaos and governance in the Modern World System**. London: University of Minnesota Press, 1999.
- SOUZA, N. A. de. **Economia internacional contemporânea**: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008. São Paulo, Atlas, 2009.
- THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Apresenta diversas informações sobre comércio internacional. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/>>. Acesso em: 9 fev. 2017.
- THE WORLD FACTBOOK. Apresenta informações gerais sobre os países, como dados referentes ao seu comércio exterior. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook>>. Acesso em: 2 jun. 2016.
- TIBI, B. **Conflict and war in the Middle East**: from interstate war to new security. London, Macmillan, 1998.
- U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. Apresenta informações relacionadas a questões de energia nos Estados Unidos. Disponível em: <<http://www.eia.gov/>>. Acesso em: 9 fev. 2017.
- VISENTINI, P. G. F. **O Grande Oriente Médio**: da descolonização à Primavera Árabe. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2014.
- VISENTINI, P. A novíssima China e o sistema internacional. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 131-141, nov. 2011.
- WALLERSTEIN, I. M. **The modern world-system**. San Diego: Academic Press, 1989.